**2. AVERBAÇÃO DE EDIFICAÇÃO - CONSTRUÇÃO-AMPLIAÇÃO**

Ilustríssimo Senhor Oficial do Registro de Imóveis

**REQUERENTE(S):**

Nome (sem abreviatura):

CPF:

RG:

Órgão Exp.:

Data de nascimento:

Nacionalidade:

Profissão:

Filiação(pais):

Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Separado ( ) Divorciado ( ) Viúvo

União estável? ( ) sim ( ) não ( ) com contrato/Escritura Pública ( ) sem contrato formal

Regime bens: ( ) Comunhão parcial ( ) Comunhão universal ( ) Separação total ( ) outro

Endereço Residencial (rua, número, bairro, cidade, UF, CEP):

E-mail:

Telefone:

**Cônjuge/Companheiro(a)**

Nome (sem abreviatura):

CPF:

RG:

Órgão Exp.:

Data de nascimento:

Nacionalidade:

Profissão:

Filiação(pais):

Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Separado ( ) Divorciado ( ) Viúvo

União estável? ( ) sim ( ) não ( ) com contrato/Escritura Pública ( ) sem contrato formal

Regime bens: ( ) Comunhão parcial ( ) Comunhão universal ( ) Separação total ( ) outro

Endereço Residencial (rua, número, bairro, cidade, UF, CEP):

E-mail:

Telefone:

**REQUER(EM)** a Vossa Senhoria a AVERBAÇÃO, na(s) matrícula(s) de nº(s) [MATRICULAS] do livro 2 – RG, desse Ofício, de uma EDIFICAÇÃO ou AMPLIAÇÃO, com área de [ÁREA] m², atribuindo-se o valor de R$ [VALOR], procedendo, ainda, às seguintes averbações:

[INDICAR AS DEMAIS AVERBAÇÕES PRETENDIDAS COM AS RESPECTIVAS MATRÍCULAS]

Para o que anexa(m) o(s) seguinte(s) documento(s):

Certidão de Habite-se ou Auto Conclusão, bem como certidão de avaliação da edificação, para imóveis localizados na zona urbana.

Certidão Negativa de Débito de contribuições sociais incidentes sobre a obra, expedida pela Receita Federal do Brasil;

Se de propriedade de pessoa jurídica a respectiva certidão de quitação de tributos federais expedida pela Receita Federal do Brasil referente ao CNPJ;

Alternativamente, se for o caso, inserir declaração, pelo proprietário, pessoa física, sob as penas da lei, de que a construção tem destinação residencial unifamiliar e que foi construída sem o emprego de mão-de-obra assalariada, permitida para área de até 70,00m², desde que não haja outras edificações;

Se em zona rural, inserir declaração do proprietário, com os dados e o ano da edificação (alvenaria, madeira, residencial, comercial etc.), bem como indicação do valor da mesma, bem como apresentar a respectiva certidão de quitação de tributos federais expedida pela Receita Federal do Brasil relativa ao ITR;

Se a operação é decorrente do PMCMV/PCVA/SFH, deve ser inserida esta informação no requerimento.

Declaro, para os devidos fins, sob as penas da lei, que:

( ) SOU Pessoa envolvida, Investigada ou acusada de Terrorismo ou seu financiamento e/ou sancionadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, conforme Resolução nº 31/2019 do Coaf.

( ) NÃO SOU Pessoa envolvida, Investigada ou acusada de Terrorismo ou seu financiamento e/ou sancionadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, conforme Resolução nº 31/2019 do Coaf.

( ) SOU Pessoa Exposta Politicamente (PEP), familiar de PEP ou estreito colaborador de PEP, nos termos da Resolução nº 40/2021 do Coaf.

( ) NÃO SOU Pessoa Exposta Politicamente (PEP), familiar de PEP ou estreito colaborador de PEP, nos termos da Resolução nº 40/2021 do Coaf.

( ) Prefiro não fornecer as informações solicitadas ou omitidas no presente formulário, exigidas pelo Provimento 88/2019-CNJ, ficando ciente das implicações que poderão resultar.

Nestes termos,

pede deferimento.

[CIDADE – UF], [DATA ex: 1 de janeiro de 2010]

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura(s) do(s) requerente(s)

ATENÇÃO: Reconhecer firma do(a) requerente (art. 221, II, Lei 6015/73).

As cópias reprográficas devem ser autenticadas.

Comprovar a legitimidade do(a) representante do(a) requerente.

Se pessoa jurídica a requerente indicar sua denominação completa, o CNPJ e a sede, bem como por quem é representada.

**\* Informações pessoais são exigidas de acordo com o Prov. nº 61 de 17/10/2017, do Conselho Nacional de Justiça, e serão processadas nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14/08/2018).**